

PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE
Secretaria de Finanças

RESPOSTA AO PEDIDO DE ACESSO À INFORMAÇÃO Nº 2024002000060010304
Setor responsável pela resposta: Secretaria Executiva de Projetos Especiais

Descrição da solicitação: Prezados, boa tarde. Gostaria de receber uma versão da base dados do IPTU 2024, conforme disponibilizado no portal de dados abertos, porém acrescentada da informação de: CEP, tipo de aliquota, informar se imóvel é isento ou não de iptu, tipo de construção, tipo de empreendimento, tipo de estrutura e código logradouro. Desde já muito obrigado pela atenção.

Resposta: A Secretaria de Finanças, em atenção ao seu pedido de acesso à informação protocolado sob o número PAI 2024002000060010304, informa que os dados de cadastros tributários estão sujeitos ao disposto no Decreto nº 36.508, de 31 de março de 2023, que regulamenta o acesso e o compartilhamento de informações contidas nas bases de dados dos cadastros imobiliário, mercantil e de débito tributários do município de Recife.

O Decreto foi elaborado com o objetivo de garantir a proteção das informações sigilosas dos contribuintes, uma vez que muitas informações dessas bases cadastrais são pertinentes às situações econômica ou financeira do titular dos dados, bem como as informações referentes à natureza e ao estado de seus negócios ou atividades.

Dessa forma, a solicitação de informações das bases tributárias do Município deve atender aos requisitos formais previsto na legislação específica, em especial ao art. 11 e 13 do Decreto nº 36.508/23, a saber:

Art. 11. Informações distintas daquelas publicamente disponibilizadas poderão ser requeridas à SEFIN por qualquer pessoa, natural ou jurídica, na forma estabelecida neste Decreto, desde que o pedido contenha:

- I – o detalhamento dos dados solicitados;
- II – o motivo da solicitação;
- III – a necessidade e a finalidade dos dados.
- [...]

Art. 13. A solicitação de informações a que se refere este Decreto deverá ser formalizada por meio de processo administrativo contendo:

- I – identificação completa do requerente;
- II – ato autorizativo de delegação para requerer, quando for o caso;
- III – motivação expressa;
- IV – relação dos dados necessários;
- V – detalhamento da adequação e necessidade dos dados;
- VI – pertinência temática dos dados com o objeto da solicitação;
- VII – prazo razoável para atendimento da demanda.

O inteiro teor do Decreto está disponível em:
<https://recifeemdia.recife.pe.gov.br/sites/default/files/DecretosTributarios.pdf>

Por sua vez, muitas informações tributárias que não estão submetidas a sigilo já são disponibilizadas de maneira estruturada no Portal de Dados Abertos, por meio de consulta específica para cada finalidade, observados os ditames da política de proteção de dados pessoais.



Dessa forma, apesar do pedido formulado pelo PAI 2024002000060010304 não atender todos os requisitos para requisição formal nos termos do Decreto, em atenção as sugestões apresentadas pelo cidadão, estamos providenciando a atualização da consulta "Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU)" para incluir os atributos requerido que não estejam classificados como sigilosos.

A nova versão deve estar disponível no prazo de até 15 dias.

Atenciosamente,
Secretaria de Finanças.